

AJ03421

habitação-ES

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

É PARA BAIXA RENDA?

Promotor questiona eficácia do Minha Casa, Minha Vida

Com base em matéria de A GAZETA, o Ministério Público abriu investigação

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

O Ministério Público Federal (MPF) no Espírito Santo instaurou inquérito para acompanhar o andamento do principal programa de habitação do governo federal, o Minha Casa, Minha Vida. Os promotores querem saber se o programa tem alcançado as finalidades sociais a que se propõe.

O inquérito foi instaurado após a veiculação de matérias jornalísticas sobre as dificuldades encontradas por quem está na faixa de até R\$ 1,6 mil para receber o benefício. O MPF investiga a possibilidade de o governo estar dando prioridade às famílias com renda acima desse valor.

Pelas regras, só podem

entrar no Minha Casa, Minha Vida — que oferece subsídios e juro baixo — famílias com renda de até R\$ 5 mil. Nesse universo, o governo divide-as em duas faixas: a um (para quem tem renda mensal de até R\$ 1,6 mil) e a dois (renda de R\$ 1,6 mil a R\$ 5 mil).

No primeiro caso, os imóveis, de até R\$ 54 mil, são quase que totalmente subsidiados pelo governo. Para os da segunda faixa, os imóveis podem custar até R\$ 150 mil em Vitória e até R\$ 130 mil nas demais cidades do Estado. Segundo dados oficiais, 90% do déficit habitacional do Estado, de 120 mil moradias, está concentrado na faixa um.

Matéria publicada por A GAZETA em fevereiro apontando os entraves mostrou um balanço das duas fases no Estado. Na primeira, entre maio de 2009 e julho de 2011, fo-

18 CIDADES

DEFICIT HABITACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

Minha Casa, Minha Vida avançou, mas ainda não solucionou o déficit do país. E pior: trouxe muita dor de cabeça para quem espera pelo imóvel

CASA PRÓPRIA SONHO OU PESADELO?

IMÓVEIS

Uma família procura uma das 120 mil unidades a serem construídas no Minha Casa, Minha Vida. O programa prevê a construção de 120 mil unidades em todo o Brasil, com o objetivo de atender a população de baixa renda. No Espírito Santo, o programa prevê a construção de 120 mil unidades, com o objetivo de atender a população de baixa renda.



Uma família procura uma das 120 mil unidades a serem construídas no Minha Casa, Minha Vida. O programa prevê a construção de 120 mil unidades em todo o Brasil, com o objetivo de atender a população de baixa renda.

ram contratadas 17.657 unidades no Estado, 6,1 mil para a faixa um e 11.557 para a faixa dois. Na fase dois, até fevereiro, eram 7.629 imóveis contratados, 1.028 para a um e 6.651 para a

A GAZETA apontou barreiras à frente dos mais pobres para ter acesso a programa

dois. O inquérito civil público, sob a responsabilidade do procurador da República André Pimentel Filho, foi instaurado justamente por conta desses números. Segundo a Caixa, que

Veja os números do programa Minha Casa, Minha Vida

DEFEITO HABITACIONAL NO ESPÍRITO SANTO	1ª fase do programa (até maio de 2011)	2ª fase do programa (até maio de 2011)
120 mil unidades a serem construídas	17.657 unidades contratadas	7.629 unidades contratadas

CIDADES 19	1ª fase do programa (até maio de 2011)	2ª fase do programa (até maio de 2011)
Serra	1.176	4.742
Castro	1.230	
Linhares	1.230	
Bom Jesus	1.230	
Aracruz	1.230	
São Mateus	1.230	
São Vitor	1.230	
Colatina	1.230	

DEFEITO HABITACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

1ª fase do programa (até maio de 2011)	2ª fase do programa (até maio de 2011)
17.657 unidades contratadas	7.629 unidades contratadas

DEFEITO HABITACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

1ª fase do programa (até maio de 2011)	2ª fase do programa (até maio de 2011)
17.657 unidades contratadas	7.629 unidades contratadas

DEFEITO HABITACIONAL NO ESPÍRITO SANTO

1ª fase do programa (até maio de 2011)	2ª fase do programa (até maio de 2011)
17.657 unidades contratadas	7.629 unidades contratadas

ainda não foi notificada pelo MPF, os números da segunda fase do programa não são esses. O banco afirma que até 5 de julho foram realizadas 1.464 unidades para a faixa um e 2.843 pa-

ra a dois no Estado. O MP vai pedir à Caixa informações sobre a quantidade de recursos destinada a cada uma das duas faixas e se alguma providência está sendo tomada contra problemas identificados. O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado, Constantino Dadalto, aprovou a abertura de inquérito. "Vão descobrir que com o que o governo se propõe a pagar (R\$ 52 mil por unidade da faixa um) a conta não fecha. Não há má vontade, o problema é que com R\$ 52 mil não dá, mesmo com o terreno doado". O dirigente diz que o que mais pesa é o custo da mão de obra e do material, e que deve-se rever a forma e o pagamento propriamente dito. "São necessários R\$ 59 mil por unidade para que o Minha Casa volte a ser atraente".